



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA  
Rua 14 de Julho, nº 150 – Enseada dos Marinheiros – Coqueiros – Florianópolis/ SC – CEP 880075-010  
Telefone: (48) 3877 9000 – www.ifsc.edu.br

## **PROCESSO Nº 23292.004862/2025-35** **ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 19/2025/DIREXEC-ASRIP**

**ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE ENTRE SI CELEBRAM O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA – IFSC E A ACREL DISTRIBUIDORA DE MANGUEIRAS LTDA PARA A CONCESSÃO DE ESTÁGIOS CURRICULARES.**

Pelo presente instrumento, de um lado o **INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA**, doravante denominado **IFSC**, autarquia federal, constituída nos termos da Lei nº 11.892, de 28/12/2008, inscrito no CNPJ sob o nº. 11.402.887/0001-60, sediado à Rua 14 de julho, nº 150, Coqueiros – Florianópolis/SC, CEP 88075-010, neste ato representado por seu Reitor, o Sr. **MAURICIO GARIBA JUNIOR**, nomeado pelo Decreto 09 de agosto de 2021 do MEC, publicado no Diário Oficial da União do dia 10 de agosto de 2021, portador da Carteira de Identidade nº [REDAZIDO] e CPF nº [REDAZIDO] e de outro a/o **ACREL DISTRIBUIDORA DE MANGUEIRAS LTDA**, doravante denominado **CONCEDENTE**, inscrita no CNPJ nº 00.101.571/0004-65, com sede no endereço R ANGELO ALBINO FERRONATO nº 11999 – Sala 01, Linha São Sebastião, na cidade de Xanxerê/SC, CEP 89.820-000, neste ato representada por Marcelo Antonio Aliprandini, portador da carteira de identidade nº [REDAZIDO] SSP/SC e inscrito no CPF nº [REDAZIDO] resolvem celebrar este Acordo de Cooperação Técnica em conformidade com a Lei 11.788/2008 e a Instrução Normativa nº 213 de 17 de dezembro de 2019 do Ministério da Economia, de acordo com as seguintes cláusulas e condições:

### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

O presente instrumento tem por objeto regulamentar as condições de realização de estágios curriculares obrigatórios e não obrigatórios para alunos do **IFSC**, nas dependências da **ACREL DISTRIBUIDORA DE MANGUEIRAS LTDA** respeitadas as condições legais estipuladas na Lei 11.788 de 25 de setembro de 2008.

§ 1º - Para fins deste Acordo, entende-se o estágio curricular como ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam freqüentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental na modalidade profissional da educação de jovens e adultos.

§ 2º - O estágio curricular, respeitados os requisitos fixados em lei, não cria vínculo empregatício de qualquer natureza.

§ 3º - A duração do estágio, na mesma parte concedente, não poderá exceder 2 (dois) anos, exceto quando se tratar de estagiário/a portador/a de deficiência

## **CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES**

### **I. Constituem obrigações do IFSC:**

1. Encaminhar os/as alunos/as para o estágio, observados os critérios pré-estabelecidos pela CONCEDENTE;
2. Avaliar as instalações da CONCEDENTE e a sua adequação à formação cultural e profissional dos/as alunos/as;
3. Analisar e aprovar o Plano de Atividades do Estagiário/a (PAE), de acordo com o Projeto Pedagógico do Curso (PPC), a etapa e modalidade da formação escolar do/a estudante e ao horário e calendário escolar;
4. Celebrar, através da Coordenadoria de Estágios/Coordenadoria de Graduação dos Cursos do Câmpus do/a estudante, Termo de Compromisso de Estágio (TCE) com a CONCEDENTE e o/a aluno/a;
5. Indicar professor/a orientador/a, da área desenvolvida do estágio, como responsável pelo acompanhamento e avaliação das atividades do/a estagiário/a;
6. Exigir do/a estagiário/a, em prazo não superior a 6 (seis) meses, a apresentação do relatório de atividade conforme estabelecido no TCE e nas normas do curso;
7. Informar, por meio de declaração subscrita pelo/a professor/a da disciplina, mediante solicitação do/a aluno/a, as datas de avaliações escolares ou acadêmicas para fins de redução da carga horária de estágio nos períodos de avaliações;
8. Disponibilizar, no início de cada período letivo, através do Portal do IFSC, o calendário acadêmico;
9. Zelar pelo cumprimento do TCE, reorientando o/a estagiário/a para outro local em caso de descumprimento de suas cláusulas;
10. Efetuar, mensalmente, o pagamento do seguro contra acidentes pessoais para estudantes em estágio obrigatório, cuja apólice seja compatível com os valores de mercado.

### **II. Constituem obrigações da CONCEDENTE**

1. Conceder estágio aos estudantes do IFSC, nos termos da legislação vigente e das disposições deste Acordo de Cooperação Técnica;
2. Comunicar ao IFSC o número de vagas de estágio disponíveis por curso/área de formação, para a devida divulgação e encaminhamento de estudantes ao estágio;
3. Realizar a seleção dos/as candidatos/as ao estágio encaminhados/as pelo IFSC;
4. Indicar um/a funcionário/a de seu quadro de pessoal, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do/a estagiário/a, para orientar e supervisionar as atividades desenvolvidas pelo/a estagiário/a, considerando a legislação

- vigente.
5. Celebrar o TCE com o IFSC e com o/a aluno/a, zelando pelo seu cumprimento;
  6. Providenciar, por escrito, com a devida antecedência, qualquer alteração, prorrogação ou rescisão realizada no TCE;
  7. Efetuar, mensalmente, o pagamento do seguro contra acidentes pessoais para estudantes em estágio não obrigatório, cuja apólice seja compatível com os valores de mercado;
  8. Conceder bolsa de estágio aos estudantes, cujo valor será fixado no TCE, sendo compulsória a sua concessão, bem como auxílio-transporte, na hipótese de estágio não obrigatório;
  9. Assegurar ao/à estagiário/a, sempre que o estágio tenha a duração igual ou superior a 1 (um) ano, o período de recesso de 30 (trinta) dias, a ser gozado dentro do período aquisitivo do TCE, preferencialmente durante as férias escolares. Nos casos de estágio com duração inferior a 12 meses, o recesso deverá ser concedido de maneira proporcional;
  10. Conceder ao/à estagiário/a, no caso de estágio remunerado, durante o recesso escolar a que se refere o item anterior, o valor correspondente à bolsa de maneira integral;
  11. Assegurar que o/a estagiário/a encaminhe à IFSC o relatório de atividades conforme estabelecido no TCE e nas normas do curso, dando vistas de que as atividades descritas no referido relatório foram devidamente realizadas pelo estagiário, como prevê o item VII do Art. 9º da Lei 11.788;
  12. Entregar ao/à estagiário/a, por ocasião do encerramento do estágio, Termo de Rescisão do Estágio, com o resumo das atividades desenvolvidas, o período e a avaliação de desempenho do/a estagiário/a;
  13. Informar ao IFSC sobre a frequência e o desempenho do/a estagiário/a, observadas as exigências de cada curso, quando for o caso;
  14. Solicitar ao IFSC a substituição do/a estagiário/a que, por motivo de natureza técnica, administrativa ou disciplinar, não for considerado apto/a a continuar suas atividades de estágio.

§ 1º - Aplica-se ao/à estagiário/a a legislação relacionada à saúde e segurança no trabalho, sendo a sua implementação de responsabilidade da parte concedente do estágio.

§ 2º - A CONCEDENTE poderá conceder bolsa e auxílio-transporte a que se refere o item 18 para o aluno em estágio obrigatório, cujo valor será fixado no TCE.

### **CLÁUSULA TERCEIRA – DA RESCISÃO**

O IFSC e a CONCEDENTE poderão propor a rescisão do presente Acordo de Cooperação Técnica a qualquer momento.

§ 1º - A parte que tiver intenção de rescindir o presente Acordo deverá notificar a outra com no mínimo 30 (trinta) dias de antecedência, mediante carta com aviso de recebimento ou protocolo.

§ 2º - Em caso de rescisão do presente Acordo será garantida a continuidade aos contratos de estágio já firmados.

### **CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA**

O presente Acordo de Cooperação Técnica vigorará pelo período de **cinco anos**, podendo ser renovado por Termo Aditivo.

